



Efí S.A. – Instituição de Pagamento
Demonstrações financeiras
30 de junho de 2026

Ouro Preto, 27 de agosto de 2026.

Carta de apresentação

Prezados senhores:

Apresentamos as demonstrações financeiras do Efí S.A. – Instituição de Pagamento referentes ao 1º semestre de 2026, em conexão com as normas aplicáveis às Instituições de Pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Expressamos também a nossa responsabilidade pelas informações contidas nas demonstrações financeiras e sua adequada apresentação, de acordo com as melhores práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicadas ao setor.

As demonstrações financeiras referentes ao 1º semestre de 2026 foram publicadas no dia 27 de agosto de 2026, no site eletrônico da Instituição, de acesso público e gratuito, e estão disponíveis no endereço:

<https://sejaefi.com.br/governanca-corporativa/>

Atenciosamente,

Denis Silva

Denis Silva (27 de agosto de 2026 14:13:00 ADT)

Denis Costa da Silva
Diretor

Paulo Sérgio de Faria Barros

Paulo Sérgio de Faria Barros (27 de agosto de 2026 11:00:32 ADT)

Paulo Sérgio de Faria Barros
Diretor

Luciana Vedove

Luciana Vedove (27 de agosto de 2026 10:29:20 ADT)

Luciana Dale Vedove
Diretora

Alessander Dallorto

Alessander Campo Dall'Orto
Contador – CRC ES-012954/O

0800 941 2343

Capitais e regiões metropolitanas: **4000 1234** / SP e região: **(11) 2394 2208**

Av. Paulista, 1337 - 9º andar - Edifício Paulista 1 - Bela Vista - São Paulo, SP - CEP: **01.311-200**

CNPJ: **09.089.356/0003-80** - Ouvidoria: **0800 940 0361** | sejaefi.com.br

efí



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1º SEMESTRE DE 2026

30 JUNHO DE 2026



Efi S.A. – Instituição de Pagamento
Demonstrações financeiras
30 de junho de 2026

CONTEÚDO

Relatório da Administração 4

Balanço patrimonial 9

Demonstração do resultado 11

Demonstração do resultado abrangente 12

Demonstração das mutações do patrimônio líquido 13

Demonstração dos fluxos de caixa 14

Notas explicativas às demonstrações financeiras 15

0800 941 2343

Capitais e regiões metropolitanas: **4000 1234** / SP e região: **(11) 2394 2208**

Av. Paulista, 1337 - 9º andar - Edifício Paulista 1 - Bela Vista - São Paulo, SP - CEP: **01.311-200**

CNPJ: 09.089.356/0003-80 - Ouvidoria: **0800 940 0361** | sejaefi.com.br



Relatório da Administração

Visão Geral da Instituição

O Efí S.A. – Instituição de Pagamento ("Efí IP" ou "Instituição") é a empresa líder do Conglomerado Prudencial Efí e atua como instituição emissora de moeda eletrônica, oferecendo um portfólio abrangente de soluções financeiras digitais para pessoas físicas e jurídicas em todo o território nacional. Sua atuação é sustentada por uma plataforma tecnológica robusta e escalável, combinando inovação, inteligência de dados, segurança da informação e eficiência operacional.

No contexto de sua estrutura societária, o Efí IP exerce controle direto sobre a Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimentos Efí S.A. ("Efí SCFI"), responsável pelas operações de crédito e financiamento, e sobre a Eva Benefícios S.A. ("Eva"), empresa dedicada ao desenvolvimento de soluções de benefícios corporativos. A Instituição integra o Grupo Gerencianet, sendo controlada pela Gerencianet Holding S.A., que também detém a Lesta Atendimento Ltda. ("Lesta"). Essa estrutura fortalece a atuação integrada das empresas do grupo, promovendo sinergias operacionais, compartilhamento de competências e alinhamento estratégico na oferta de soluções financeiras e de serviços.

Com em Ouro Preto (MG), escritórios em São Paulo (SP) e Recife (PE) e atuação em âmbito nacional, o Efí IP mantém uma estrutura operacional preparada para sustentar seu crescimento, conciliando inovação e eficiência com elevados padrões de governança corporativa, gestão de riscos e conformidade regulatória.

Perfil Corporativo

O Efí IP disponibiliza um portfólio abrangente de soluções financeiras digitais por meio de conta digital e integrações via APIs, suportadas por uma arquitetura tecnológica proprietária escalável, de alta disponibilidade e integração eficiente com diferentes ambientes de negócios. Esse modelo permite atender pessoas físicas e jurídicas de diversos portes e segmentos, oferecendo soluções flexíveis, seguras e adaptáveis às necessidades de cada cliente.

A estratégia da Instituição é sustentada pela inovação, excelência operacional e ao uso intensivo de tecnologia e inteligência de dados. A combinação entre processos digitais, governança corporativa e gestão baseada em informações fortalece a capacidade de tomada de decisão, aprimora a gestão de riscos e impulsiona a evolução contínua dos produtos e serviços oferecidos. A experiência do cliente permanece como um dos principais direcionadores estratégicos, com foco na simplificação de jornadas, na redução de fricções operacionais e na entrega de soluções que promovam eficiência, previsibilidade e segurança.

A missão do Efí IP é simplificar jornadas financeiras, com eficiência e segurança, aliadas à tecnologia e inovação. Sua visão é ser o banco digital mais eficiente do país e a melhor escolha para o cliente.

0800 941 2343

Capitais e regiões metropolitanas: **4000 1234** / SP e região: **(11) 2394 2208**

Av. Paulista, 1337 - 9º andar - Edifício Paulista 1 - Bela Vista - São Paulo, SP - CEP: **01.311-200**

CNPJ: **09.089.356/0003-80** - Ouvidoria: **0800 940 0361** | sejaefi.com.br



A cultura organizacional está alicerçada em valores que orientam a condução dos negócios e a execução da estratégia. O compromisso com pessoas e resultados, a centralidade no cliente, a ética, a transparência, a inovação, a simplicidade e a sustentabilidade norteiam as decisões da Instituição e reforçam sua responsabilidade na construção de um negócio sólido, resiliente e preparado para a evolução do mercado financeiro.

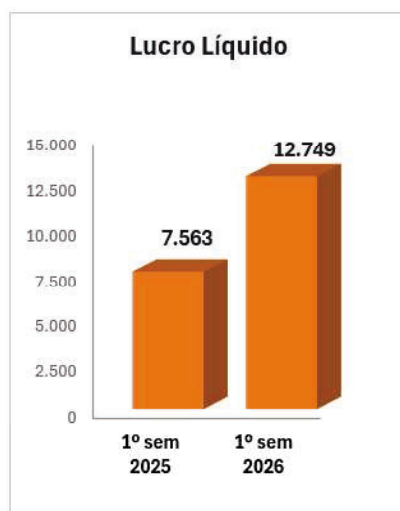
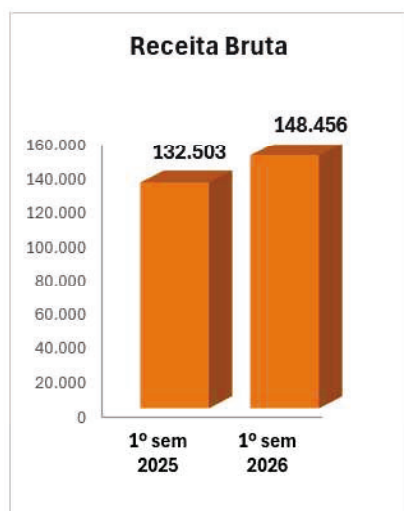
Desempenho Operacional

No primeiro semestre de 2026, o Efi IP manteve sua trajetória de crescimento, com evolução consistente dos principais indicadores operacionais e financeiros, reforçando a solidez de seu modelo de negócios e a capacidade de geração de valor sustentável.

Ao final do período, base de clientes alcançou 830 mil clientes, representando crescimento de 7% em relação a dezembro de 2025 e de 17% frente a junho de 2025.

O desempenho operacional permaneceu positivo. O volume de cobranças emitidas cresceu 6% em relação ao segundo semestre de 2025 e 46% na comparação com o primeiro semestre de 2025. O volume financeiro transacionado nas plataformas do Efi IP alcançou R\$ 76 bilhões, avanço de 8% e de 78%, respectivamente, nas mesmas bases de comparação, refletindo o fortalecimento da recorrência de uso das soluções Efi, a ampliação do relacionamento com os clientes e a maior relevância da Instituição no ecossistema de meios de pagamento.

A evolução operacional foi acompanhada por resultados financeiros positivos. A receita bruta apresentou crescimento de 0,62% em relação ao segundo semestre de 2025 e de 12% frente ao primeiro semestre de 2025. O lucro líquido avançou 69% comparado ao primeiro semestre de 2025, sustentado pela expansão das operações, disciplina na gestão e ganhos de eficiência.



Os resultados alcançados no período demonstram a consistente execução da estratégia corporativa, consolidando o Efi IP como uma Instituição cada vez mais eficiente, rentável



e preparada para sustentar seu crescimento de longo prazo, mantendo elevados padrões de solidez financeira e competitividade.

Premiações e Reconhecimentos

No primeiro semestre de 2026, o Efi Bank deu continuidade à sua trajetória de fortalecimento institucional, sendo reconhecido por iniciativas que refletem seu compromisso com inovação, excelência na experiência do cliente e desenvolvimento de soluções financeiras voltadas às necessidades do mercado. Esses reconhecimentos reforçam a consistência da estratégia da Instituição, pautada na evolução contínua de seus produtos, na eficiência operacional e na geração de valor para clientes, parceiros, colaboradores, acionistas e demais *stakeholders*.

Entre os destaques do período, o Efi Bank conquistou o Troféu Bronze no Prêmio Latam ClienteSA 2026, na categoria "*Mejor Estrategia de Cobranza, Riesgo y Crédito*", com o *case* Antecipação de Recebíveis. A premiação reconheceu uma solução baseada em inteligência de dados, desenvolvida para ampliar o acesso ao crédito de forma ágil, digital e integrada à rotina financeira das empresas, contribuindo para maior previsibilidade de caixa e fortalecimento da gestão financeira dos clientes. O reconhecimento, concedido em uma das principais premiações latino-americanas voltadas à experiência do cliente, crédito e cobrança, evidencia a capacidade do Efi Bank de desenvolver soluções inovadoras com impacto efetivo nos negócios de seus clientes.

Ao longo do semestre, a Instituição também foi reconhecida no Prêmio ClienteSA CX, uma das principais premiações brasileiras dedicadas à excelência em *Customer Experience* (CX), relacionamento com clientes e inovação em atendimento. O reconhecimento reforça a estratégia do Efi Bank de colocar o cliente no centro de suas decisões, investindo continuamente na evolução de processos, canais digitais e soluções que proporcionam uma experiência cada vez mais simples, segura e eficiente.

O Efi Bank manteve, ainda, o Selo RA1000 do Reclame AQUI, concedido às empresas que demonstram elevados padrões de atendimento, elevada capacidade de resolução de demandas e altos índices de satisfação dos consumidores. A manutenção dessa certificação evidencia a consistência da atuação da Instituição na construção de relações pautadas pela confiança, transparência e qualidade no atendimento.

As conquistas obtidas ao longo do primeiro semestre de 2026 reafirmam o posicionamento do Efi Bank como uma Instituição financeira digital comprometida com a inovação, a excelência operacional e a geração de valor sustentável. Mais do que reconhecimentos de mercado, essas premiações refletem a solidez da estratégia da instituição e seu compromisso permanente com a entrega de soluções financeiras que contribuam para o crescimento e o sucesso de seus clientes.

Diretrizes Estratégicas e Futuro

O primeiro semestre de 2026 representou um período de execução consistente das diretrizes estratégicas estabelecidas para o exercício, consolidando importantes avanços na evolução institucional, operacional e tecnológica do Efi IP. Alinhada ao planejamento

estratégico de longo prazo, a Instituição concentrou esforços no fortalecimento de sua posição competitiva, na ampliação de seu portfólio de soluções financeiras, na evolução da governança corporativa e na preparação de sua estrutura para sustentar um novo ciclo de crescimento.

Um dos principais marcos do período foi a conclusão do processo de evolução da segmentação prudencial perante o Banco Central do Brasil, com o ingresso do Conglomerado Prudencial Efi no Segmento S4. A mudança reflete o amadurecimento da Instituição e seu novo patamar de relevância no Sistema Financeiro Nacional, além de evidenciar o fortalecimento contínuo da governança, da gestão integrada de riscos, dos controles internos e da estrutura de capital, compatíveis com a crescente complexidade de suas operações.

A agenda de inovação também ganhou novo impulso ao longo do semestre. Com o objetivo de acelerar o desenvolvimento de soluções e ampliar a eficiência organizacional, a Instituição lançou seu Laboratório de Inovação, iniciativa voltada à experimentação e aplicação de Inteligência Artificial em processos internos, produtos e serviços. Complementando essa estratégia, foi disponibilizada a primeira assistente de Inteligência Artificial do Efi, ampliando o acesso dos colaboradores ao conhecimento corporativo e fortalecendo a cultura de inovação, aprendizado contínuo e transformação digital.

No âmbito comercial, a Instituição avançou na consolidação de sua estrutura de *Marketing & Vendas*, fortalecendo a integração entre as equipes, o alinhamento das diretrizes comerciais e a capacidade de atuação nos segmentos prioritários. Esse movimento também apoiou a evolução da experiência dos clientes, o fortalecimento do relacionamento comercial e o desenvolvimento de iniciativas voltadas à ampliação da geração de negócios.

Em paralelo, a Instituição deu continuidade ao fortalecimento de seu modelo de gestão, promovendo maior integração entre as lideranças e alinhamento entre as diferentes áreas. Essa evolução contribuiu para consolidar a arquitetura organizacional implementada ao longo do ciclo estratégico, reforçar a cultura de resultados e preparar a Instituição para atuar em um contexto de maior escala, complexidade e transversalidade.

No campo dos produtos e da tecnologia, o primeiro semestre foi caracterizado pela ampliação das capacidades do portfólio e pela preparação de novas frentes de crescimento. Foram iniciados importantes aprimoramentos nas soluções de antecipação de recebíveis, na evolução do autoatendimento para operações de capital de giro, na adequação do portfólio de cartões às necessidades do público pessoa jurídica e na expansão das funcionalidades das contas digitais. Nesse contexto, foi concluída a migração da plataforma responsável pelo processamento de cartões, fortalecendo a infraestrutura tecnológica e criando melhores condições para a evolução dos produtos e serviços associados. Paralelamente, avançaram projetos estruturantes voltados à ampliação do ecossistema de pagamentos, incluindo o desenvolvimento de soluções para aquisição e pagamento de contas, ampliando a capacidade da Instituição de oferecer uma plataforma financeira cada vez mais completa e integrada.



A Instituição manteve investimentos relevantes na evolução de sua infraestrutura tecnológica e de seus mecanismos de proteção operacional. Destacam-se o fortalecimento das capacidades de cibersegurança e prevenção a fraudes, cada vez mais integradas às operações de negócio, bem como a evolução do modelo corporativo de governança de dados, iniciativa estratégica para suportar o crescimento do volume, da criticidade e da complexidade das informações utilizadas pela organização. Esses avanços reforçam a utilização de dados como ativo estratégico e ampliam a capacidade analítica da Instituição para apoiar decisões, desenvolver novos produtos e aprimorar a gestão de riscos.

As iniciativas implementadas ao longo do primeiro semestre de 2026 demonstram a continuidade da estratégia de crescimento sustentável do Efi IP, combinando evolução regulatória, fortalecimento institucional, inovação tecnológica, expansão do portfólio e desenvolvimento organizacional.

Para o segundo semestre de 2026, a Instituição permanecerá focada na conclusão das iniciativas em andamento, na evolução de seu ecossistema de pagamentos e na ampliação das soluções oferecidas aos clientes. Também seguirá avançando na modernização tecnológica, na inovação, na segurança da informação e na eficiência operacional, em alinhamento às exigências decorrentes do novo contexto prudencial.

Conclusão

Os resultados do primeiro semestre de 2026 demonstram que o Efi IP segue avançando em sua estratégia e fortalecendo sua capacidade de sustentar o crescimento das operações. Ao mesmo tempo, a evolução para o Segmento Prudencial S4 estabelece um novo nível de responsabilidade e exige que esse crescimento continue acompanhado pelo amadurecimento da governança, da gestão de riscos, dos controles internos e do planejamento de capital.

Para o segundo semestre, a prioridade da Administração será assegurar a execução do que está previsto no planejamento estratégico, concentrando esforços na conclusão das iniciativas em andamento e na transformação dessas entregas em resultados efetivos para os clientes e para o negócio. Mais do que ampliar o número de projetos, o foco estará em garantir qualidade na execução, integração entre as áreas e acompanhamento dos resultados esperados.

A Instituição também seguirá trabalhando para que a evolução dos produtos, da tecnologia e do uso de dados se traduza em jornadas mais simples, seguras e eficientes, preservando a estabilidade da operação e a conformidade com as exigências regulatórias.

Com esse direcionamento, o Efi IP encerra o semestre com prioridades definidas para a continuidade do exercício: executar o planejamento, consolidar as estruturas necessárias ao novo contexto prudencial e manter o crescimento alinhado à capacidade operacional e financeira da Instituição.

A Administração.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Efí S.A. – Instituição de Pagamento

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Efí S.A. – Instituição de Pagamento (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com



Efi S.A. – Instituição de Pagamento

base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o



Efí S.A. – Instituição de Pagamento

objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das controladas, como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Instituição. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 27 de agosto de 2026


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by

Daniel Marteletto

Assinado por: DANIEL NAVES MARTELETTO:06260972060
CPF: 06260972060
Data/Hora da Assinatura: 27 de agosto de 2026 11:29 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Certificado Digital PF A1
C: BR
Emissor: AC SingularID Multiple
B6C2E081A8C4C0...

Daniel Naves Marteletto
Contador CRC 1MG105346/O-2



Balanço patrimonial

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais)

	Notas	30/06/2026	31/12/2025
Ativo circulante		717.956	644.072
Disponibilidades	4	151	8.294
Ativos financeiros valor justo em outros resultados abrangentes		72.782	-
Títulos e valores mobiliários	5	72.782	-
Ativos financeiros custo amortizado		41.114	45.107
Títulos e valores mobiliários	5	2.099	2.919
Valores a receber relativos a transações de pagamento	6	39.015	42.188
Ativos financeiros valor justo no resultado		6.622	19.273
Títulos e valores mobiliários	5	6.622	19.273
Relações interfinanceiras	7	587.471	564.734
Outros ativos	8	11.085	10.021
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(1.269)	(3.357)
Ativo não circulante		47.488	32.364
Ativos fiscais diferidos	10	745	474
Ativos financeiros custo amortizado		9.245	572
Títulos e valores mobiliários	5	9.245	572
Ativos financeiros valor justo no resultado		6.181	-
Títulos e valores mobiliários	5	6.181	-
Outros ativos	8	1.903	1.873
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(13)	(8)
Investimentos		11.323	9.550
Participações em coligadas e controladas	11c	9.101	7.246
Ágio baseado em expectativa de rentabilidade futura	11b	2.222	2.304
Imobilizado	12	2.987	3.711
Imóveis em uso		4.670	4.670
Outras imobilizações		9.562	9.573
(-) Depreciação acumulada		(11.245)	(10.532)
Intangível	13	15.117	16.192
Ativos intangíveis		29.750	29.612
(-) Amortização acumulada		(14.633)	(13.420)
Total do ativo		765.444	676.436

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Balanço patrimonial

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(valores expressos em milhares de reais)

	Notas	30/06/2026	31/12/2025
Passivo circulante		688.096	595.849
Obrigações por empréstimos	14	897	964
Depósitos	15	615.870	528.968
Outros passivos	16	71.329	65.917
Operações de cartão		36.037	35.474
Fiscais e previdenciárias		9.428	11.338
Outros passivos		25.864	19.105
Passivo não circulante		77.348	80.587
Obrigações por empréstimos	14	375	856
Outros passivos	16	719	818
Obrigações com participações em coligadas e controladas		719	818
Obrigações fiscais diferidas	17	5.393	5.808
Provisões para contingências	18	729	418
Patrimônio líquido	19	70.132	72.687
Capital social		48.227	48.227
Outros resultados abrangentes		(2)	-
Reservas de lucros		21.907	24.460
Total do passivo		765.444	676.436

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(valores expressos em milhares de reais)

	Notas	30/06/2026	30/06/2025
Resultado de intermediação financeira		2.716	898
Aplicações interfinanceiras de liquidez		-	13
Títulos e valores mobiliários	5	2.716	885
Despesas de intermediação financeira		(130)	(413)
Operações de empréstimos	14b	(130)	(413)
Resultado bruto da intermediação financeira		2.586	485
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	44	(87)
Receitas e despesas operacionais		15.559	10.294
Receitas de prestação de serviços	20	105.791	98.863
Despesas de pessoal	21	(53.696)	(46.992)
Outras despesas administrativas	22	(50.642)	(48.169)
Despesas tributárias	23	(9.857)	(8.809)
Resultado de participações em controladas	11	(423)	(1.410)
Amortização ágio na aquisição de controlada	11b	(82)	(82)
Outras receitas operacionais	24	39.622	32.742
Outras despesas operacionais	25	(15.154)	(15.849)
Resultado operacional		18.189	10.692
Resultado não operacional		-	8
Lucros na alienação de bens		-	8
Resultado antes dos tributos		18.189	10.700
Tributos sobre o lucro		(5.440)	(3.137)
Provisão para imposto de renda	26	(4.232)	(2.431)
Provisão para contribuição social	26	(1.894)	(964)
Ativo fiscal diferido	10	271	61
Passivo fiscal diferido	17	415	197
Resultado líquido		12.749	7.563
Resultado por ação (em reais)		0,26	0,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



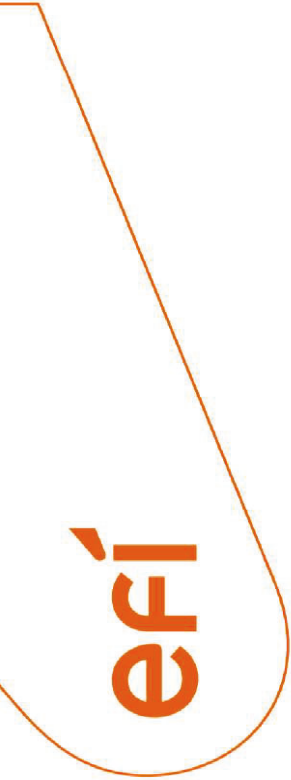
Demonstração do resultado abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(valores expressos em milhares de reais)

Lucro líquido do semestre
Outros resultados abrangentes
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado
Itens que não poderão ser reclassificados para o resultado
Total do resultado abrangente do semestre

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

30/06/2026	30/06/2025
12.749	7.563
(2)	(1)
(2)	(1)
-	-
12.747	7.562



Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(valores expressos em milhares de reais)

Notas	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
		Especiais de lucros	Legal				
Saldo em 31/12/2025	48.227	21.533	2.927		-	-	72.687
Resultado do semestre	-	-	-		12.749	-	12.749
Ajuste de avaliação patrimonial - TVM	-	-	-		-	(2)	(2)
Destinações:							
19b Juros sobre capital próprio	-	-	-		(3.302)	-	(3.302)
19b Pagamentos de lucros e dividendos	-	(12.000)	-		-	-	(12.000)
19c Constituição de reserva	-	8.810	637		(9.447)	-	-
Saldo em 30/06/2026	48.227	18.343	3.564		-	(2)	70.132
Mutações do semestre	-	(3.190)	637		-	(2)	(2.555)
Notas	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
		Especiais de lucros	Legal				
Saldo em 31/12/2024	48.227	6.696	1.676		-	-	56.599
Adoção inicial da res. BCB nº 352	-	(308)	-		-	-	(308)
Saldo em 01/01/2025	48.227	6.388	1.676		-	-	56.291
Resultado do semestre	-	-	-		7.563	-	7.563
Ajuste de avaliação patrimonial - TVM	-	-	-		-	(1)	(1)
Destinações:							
19b Juros sobre capital próprio	-	-	-		(2.376)	-	(2.376)
19c Constituição de reserva	-	4.809	378		(5.187)	-	-
Saldo em 30/06/2025	48.227	11.197	2.054		-	(1)	61.477
Mutações do semestre	-	4.809	378		-	(1)	5.186
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							

0800 941 2343

Capitais e regiões metropolitanas: 4000 1234 / SP e região: (11) 2394 2208
Av. Paulista, 1337 - 9º andar - Edifício Paulista 1 - Bela Vista - São Paulo, SP - CEP: 01.311-200
CNPJ: 09.089.356/0003-80 - Ouvidoria: 0800 940 0361 | sejaefi.com.br



Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(valores expressos em milhares de reais)

	Notas	30/06/2026	30/06/2025
Atividades operacionais			
Resultado líquido		12.749	7.563
Depreciação	12b	738	797
Amortização	13b	1.213	1.257
Perda na baixa de imobilizado	12b	2	50
Despesa de juros	14b	130	413
Equivalência patrimonial	11c	423	1.410
Amortização ágio na aquisição de controlada	11b	82	82
Imposto de renda e contribuição – diferido		(685)	(258)
Imposto de renda e contribuição – correntes	26	6.125	3.395
Baixa de provisão	9	(2.039)	-
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(44)	87
Provisão para contingências	18	311	93
Lucro líquido ajustado		19.005	14.889
Imposto de renda e contribuição social pagos		(8.483)	(4.256)
Juros pagos	14b	(147)	(386)
Variação de ativos e passivos			
Redução em relações interfinanceiras		(22.737)	(63.838)
Aumento/redução em ativos financeiros – CA		(4.680)	6.299
Redução em ativos financeiros – VJORA		(72.782)	(508)
Aumento/redução em Ativos financeiros – VJR		6.470	(9.650)
Aumento/redução em outros ativos		(1.096)	1.458
Aumento em obrigações por repasses		86.902	53.009
Aumento em outros passivos		6.786	1.746
Aumento/redução em obrigações fiscais e previdenciárias		438	(224)
Aumento em operações de cartão		563	8.936
Caixa líquido gerado em atividades operacionais		10.239	7.475
Atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	12b	(16)	(27)
Investimento em controladas e coligadas	11a/b	(2.376)	(2.800)
Aquisição de intangível	13b	(138)	(381)
Caixa líquido aplicado em atividades de investimentos		(2.530)	(3.208)
Atividades de financiamento			
Pagamentos de juros sobre capital próprio		(3.321)	(2.039)
Pagamentos de lucros e dividendos		(12.000)	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	14b	(531)	(2.336)
Caixa líquido aplicado em atividades de financiamentos		(15.852)	(4.375)
Redução de caixa e equivalente de caixa		(8.143)	(108)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		8.294	138
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		151	30

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Efí S.A. – Instituição de Pagamento (“Efí IP” ou “Instituição”) é uma sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto social os serviços (i) gestão de ativos, como contas de pagamentos e disponibilização de serviços de aporte e saque de recursos mantidos em conta de pagamento; (ii) emissão de moeda eletrônica mediante gerenciamento de conta de pagamento do tipo pré-paga; (iii) emissão de instrumento de pagamento mediante gerenciamento de conta de pagamento do tipo pós-pago; (iv) habilitação, como credenciador, de recebedores para aceitação de instrumento de pagamento e participação no processo de liquidação das transações de pagamento; (v) auxílio a atividades financeiras, como a execução ou viabilidade de instrução de pagamento relacionada a determinado serviço de pagamento, inclusive transferências; (vi) iniciadora de transação de pagamento; (vii) comercialização de equipamentos de captura de transações; e (viii) tratamento de dados e provedores de serviços de aplicações.

A sede da Instituição fica em Ouro Preto, Minas Gerais, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 31, conjunto A, 2º e 3º pavimentos, Bairro Bauxita, CEP 35.402-179.

O Efí IP é líder do Conglomerado Prudencial Efí, o qual integra sua controlada, o Efí SCFI.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de sociedades que atuam integradamente no mercado financeiro e operam através de estrutura corporativa integrada do Conglomerado Efí (“Conglomerado”), onde as receitas e despesas são apropriadas conforme produzidas ou incorridas.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras estão sendo preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições de Pagamentos autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BCB”), e conforme as diretrizes da Resolução BCB nº 2/2020.

A Administração avaliou a viabilidade da Instituição continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro.

a) Normas que possuem aplicação após 30 de junho de 2026

Lei complementar nº 224, de 26 de dezembro de 2025 – Altera para 15% (quinze por cento) a alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), para as Instituições de Pagamento, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2028.

b) Balanço patrimonial

As contas de ativo e passivo são apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade.

c) Demonstração do resultado

A demonstração de resultado foi apurada conforme o regime de competência embasada pelo artigo 187 e § 1º da Lei nº 6.404/76.



d) Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos, passivos, receitas e despesas e outras transações sujeitas a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente: (i) o valor de mercado de certos ativos e passivos financeiros (ii) as taxas de depreciação e amortização dos itens do ativo permanente (iii) ativos e passivos contingentes (iv) estimativas dos créditos tributários ativados. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. A Administração da Instituição revisa as estimativas e premissas periodicamente.

3. Políticas contábeis significativas

a) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

b) Moeda funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, a taxa utilizada para a conversão de ativos, passivos e contas de resultado denominados em moeda estrangeira, quando existente, corresponde às taxas de câmbio divulgadas pelo BCB, na data do respectivo balanço. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata dia*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

d) Disponibilidades

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de alta liquidez com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizadas pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e estão apresentados na Nota Explicativa nº 4.



e) Instrumentos financeiros

I. Reconhecimento inicial

Os instrumentos financeiros são reconhecidos na data de sua aquisição, originação ou emissão:

- Pelo preço de transação de recebíveis de contratos com clientes (valor de custo); ou
- Pelo valor justo nos demais casos.

II. Classificação de Instrumentos financeiros

Ativos Financeiros

A classificação dos ativos financeiros segue o modelo de negócio da Instituição e as características contratuais dos fluxos de caixa desses ativos conforme estabelecido pela Resolução BCB nº 352/23.

A Instituição define o modelo de negócios em um nível que reflete como os grupos de ativos financeiros são administrados para alcançar objetivos de negócios específicos.

Para determinar as características contratuais dos fluxos de caixa dos instrumentos financeiros, a Instituição avalia a composição dos instrumentos financeiros, por meio do teste SPPJ (Somente Pagamento de Principal e Juros).

Com base nos resultados do teste SPPJ e no modelo de negócios adotado pela Instituição, os ativos financeiros podem ser mensurados de acordo com as seguintes categorias:

- **Custo amortizado (CA):** mensurados com base nos fluxos de caixa contratuais, considerando apenas os pagamentos de principal e juros.
- **Valor justo no resultado (VJR):** mensurados a valor justo, com os ajustes de variação reconhecidos diretamente no resultado do período.
- **Valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA):** mensurados a valor justo, sendo as variações registradas diretamente no grupo de outros resultados abrangentes, dentro do patrimônio líquido.

Passivos Financeiros

A Instituição classifica os passivos financeiros na categoria custo amortizado, conforme Resolução BCB nº 352/23, observando as exceções previstas no art. 9º, incisos I a V.

III. Mensuração de Instrumentos financeiros

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia descrita a seguir:

- Nível 1: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro.
- Nível 2: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseados em modelo de precificação

nos quais os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos.

- Nível 3: Modelos de precificação nos quais transações de mercado atuais ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa. Instrumentos nessa categoria foram precificados usando técnicas de precificação em que ao menos um *input*, que pudesse ter um efeito significativo no preço, não é baseado em observação de dados de mercado. Quando *inputs* podem ser observados de dados de mercado sem custos e esforços excessivos, este *input* é utilizado. Caso contrário, a Instituição determina um nível adequado para a entrada do *input*.

Em certos casos, os dados usados para apurar o valor justo podem situar-se em diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. Nesses casos, o instrumento financeiro é classificado na categoria mais conservadora em que os dados relevantes para a apuração do valor justo foram classificados. Essa avaliação exige julgamento e considera fatores específicos dos respectivos instrumentos financeiros. Mudanças na disponibilidade de informações podem resultar em reclassificações de certos instrumentos financeiros entre os diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. O ajuste a valor justo de ativos financeiros é reconhecido no Patrimônio Líquido para ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou na Demonstração do Resultado, para demais ativos financeiros.

A Instituição avalia os níveis em cada período de divulgação e reclassifica os instrumentos quando necessário com base nos fatos no final do período.

IV. Baixa de ativos financeiros

Os ativos financeiros serão baixados, parcialmente ou em sua totalidade, quando observados um dos cenários abaixo:

- Cessam os direitos contratuais aos fluxos de caixa;
- Quando não houver expectativa razoável de sua recuperação; ou
- Quando os riscos e benefícios forem transferidos substancialmente.

f) Operações de cartão crédito

As operações de cartão de crédito são classificadas na categoria de custo amortizado, uma vez que a gestão desses ativos tem como objetivo principal receber os fluxos de caixa contratuais.

O saldo devedor remanescente após o vencimento da fatura pode ser compreendido como dívida no cartão de crédito, cujo financiamento dos saldos não liquidados na data de vencimento do cartão de crédito dos clientes é realizado através de sua controlada, o Efi SCFI.

g) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Para fins de apuração dos níveis de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, a Instituição, observa a segregação dos ativos financeiros conforme a classificação de



carteiras consoante o art. nº 81 da Resolução BCB nº 352/23, bem como os percentuais mínimos de provisão para perdas estabelecidos no art. 78 e nos anexos I e II.

A Instituição mantém as seguintes classificações dos ativos financeiros:

Operações	Classificação
Certificados de depósito bancário (CDBs) mantidos com outras instituições	C2
Transações de pagamento, como operações com cartões de crédito	C5
Transações de pagamento, como subadquirente	C5

A norma estabelece, ainda, duas metodologias para cálculo das perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

- Método completo
- Método simplificado

Cada metodologia possui critérios próprios de elegibilidade e procedimentos específicos de apuração, definidos de acordo com o porte e a natureza da Instituição. Atualmente, a Instituição adota o método simplificado, considerando os parâmetros e percentuais estabelecidos no art. 78 e nos anexos da Resolução BCB nº 352/23 para a mensuração e registro das provisões. A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito constituída está apresentada na Nota 9.

h) Investimentos

As participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Os outros investimentos permanentes estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, de provisão para perdas. É reconhecida uma provisão para perda por *impairment* no resultado do período, quando o valor contábil de um investimento, incluindo ágio, exceder seu valor recuperável.

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é reconhecido e mensurado no momento da aquisição de participação em controladas, sendo representado pelo excedente entre o valor da contraprestação transferida (preço de compra) e a participação da Instituição no valor justo dos ativos líquidos identificáveis e dos passivos assumidos na data da operação. A mensuração desse ágio é suportada por laudo de alocação do preço de compra (PPA – *Purchase Price Allocation*), que também estabelece o prazo estimado de recuperação econômica. Com base nesse laudo, o *goodwill* é amortizado de forma linear, com reconhecimento no resultado, ao longo do período definido, atualmente estimado em até 17 anos e 2 meses.

Atualmente o Efi IP possui 100% do capital social do Efi SCFI e da Eva Benefícios.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, os benefícios e o controle dos bens para a Instituição.



Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicáveis.

j) Intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. É composto, principalmente, por: (i) direitos de uso, amortizados de acordo com os prazos dos contratos ou na medida que os benefícios econômicos fluem para a Instituição; e (ii) softwares e intangíveis gerados internamente amortizados em até 10 (dez) anos.

A Instituição realiza anualmente testes para validar os procedimentos e atividades diretamente relacionadas aos processos de avaliação da recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis, com a finalidade de fornecer garantias sobre a eficácia dos processos e a aderência à regulamentação vigente e das boas práticas de mercado.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada e os de vida útil indefinida são testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

k) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuadas de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/09 e de acordo com os critérios definidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 25) - Provisões, passivos e ativos contingentes.

Passivos contingentes: decorrem de processos judiciais e administrativos movidos por terceiros em ações cíveis, inerentes ao curso normal dos negócios. Essas contingências são avaliadas por assessores internos em conjunto com advocacia terceirizada, em que se leva em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam assegurados para liquidação dessas obrigações e que o montante dessas obrigações possa ser mensurado com suficiente segurança.

As contingências são classificadas como:

- a) Provável: são constituídas provisões contábeis;
- b) Possível: divulgadas em notas explicativas sem que sejam provisionadas; e
- c) Remota: não requerem provisão nem divulgação.

l) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes e diferidos são calculados pelo regime de tributação do Lucro Real com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 120 no semestre para o Imposto de Renda e de 15% para Contribuição Social sobre o lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável, limitada a 30% do lucro real do período.



Conforme Resolução BCB nº 15/2020, impostos diferidos são valores de ativos fiscais a serem recuperados e passivos fiscais a serem pagos em períodos futuros.

m) Outros passivos

Demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

n) Resultados recorrentes/não recorrentes

A Instituição considera como recorrentes os resultados oriundos das operações realizadas de acordo com o objeto social previsto em seu Estatuto Social e como não recorrente aqueles que não fazem parte da operação da Instituição.

Apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes do período:

	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
Resultado recorrente do período	12.749	7.555
Resultado não recorrente do período	-	8
Lucro na alienação de imobilizado	-	8

o) Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão destas demonstrações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações financeiras (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que originam ajustes).

Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que não originam ajustes). Os eventos subsequentes são mencionados na Nota Explicativa nº 29.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Disponibilidades	151	8.294
Total	151	8.294

5. Títulos e valores mobiliários

A classificação dos títulos e valores mobiliários é determinada com base no modelo de negócios da Instituição, bem como nas características contratuais dos respectivos fluxos de caixas, conforme os critérios contábeis estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/23.

Os instrumentos financeiros classificados nas categorias custo amortizado (CA), valor justo no resultado (VJR) e valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA) têm suas variações registradas no resultado da Instituição.



30/06/2026

Títulos e valores mobiliários

	CA	VJR	VJORA	Total
Certificado de depósito bancário	2.891	-	-	2.891
Títulos públicos	8.453	-	72.784	81.237
(+/-) Ajuste a valor justo	-	-	(2)	(2)
Certificado de operações estruturadas	-	6.181	-	6.181
Cotas de fundos de investimento	-	6.622	-	6.622
Total	11.344	12.803	72.782	96.929
Circulante	2.099	6.622	72.782	81.503
Não circulante	9.245	6.181	-	15.426

31/12/2025

Títulos e valores mobiliários

	CA	VJR	VJORA	Total
Certificado de depósito bancário	3.491	-	-	3.491
Certificado de operações estruturadas	-	11.595	-	11.595
Cotas de fundos de investimento	-	7.678	-	7.678
Total	3.491	19.273	-	22.764
Circulante	2.919	19.273	-	22.192
Não circulante	572	-	-	572

a) Resultado de títulos e valores mobiliários

	30/06/2026	30/06/2025
Títulos públicos federais	1.596	509
Títulos de renda fixa	462	102
Certificado de depósito bancário	235	48
Certificado de operações estruturadas	423	226
Total	2.716	885

6. Valores a receber relativos a transações de pagamento

a) Cartão de crédito

Englobam transações realizadas na modalidade de compras à vista ou parcelado lojista. Em observância às limitações de atuação de uma Instituição de Pagamento, os saldos inadimplidos ou parcelados são financiados pelo Efi SCFI.

	30/06/2026		
Estágio	Valor da carteira	% da provisão	Provisão
De 0 (zero) a 14 dias	31.481	1,9%	(598)
Ativos problemáticos (a)	55	53,4%	(29)
Total	31.536		(627)

	31/12/2025		
Estágio	Valor da carteira	% da provisão	Provisão
De 0 (zero) a 14 dias	33.648	1,9%	(639)
Ativos problemáticos (a)	23	53,4%	(12)
Total	33.671		(651)

(a) Nos termos do art. 37, §5º, da Resolução BCB nº 352, a classificação de um instrumento financeiro no terceiro estágio implica a realocação dos demais instrumentos da mesma contraparte. Dessa forma, operações do Efi IP são alocadas nesse estágio em decorrência de outras operações da mesma contraparte no âmbito do Conglomerado.

0800 941 2343

Capitais e regiões metropolitanas: **4000 1234** / SP e região: **(11) 2394 2208**
 Av. Paulista, 1337 - 9º andar - Edifício Paulista 1 - Bela Vista - São Paulo, SP - CEP: **01.311-200**
 CNPJ: **09.089.356/0003-80** - Ouvidoria: **0800 940 0361** | sejaefi.com.br



b) Operações de subadquirência

Compreendem transações nas quais o Efi atua como facilitador na cadeia de pagamentos, realizando a intermediação operacional entre as adquirentes e os estabelecimentos comerciais (clientes Efi), viabilizando o processamento e a liquidação das transações.

Adquirente	30/06/2026		
	Valor da carteira	% da provisão	Provisão
Cielo	2.882	1,9%	(55)
Getnet	4.002	1,9%	(76)
Vero	595	1,9%	(11)
Total	7.479		(142)

Adquirente	31/12/2025		
	Valor da carteira	% da provisão	Provisão
Cielo	4.551	1,9%	(87)
Getnet	3.092	1,9%	(59)
Vero	874	1,9%	(16)
Total	8.517		(162)

7. Relações interfinanceiras

Referem-se a recursos aplicados junto ao BCB, que em conjunto com o saldo de títulos públicos federais detidos pela Instituição, deve cobrir os saldos de moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-paga, consoante art. 22 da Resolução BCB nº 80/21. Esses recursos constituem patrimônio separado que não se confunde com o da Instituição, conforme art. 12 da Lei nº 12.865/13.

	30/06/2026	31/12/2025
Depósitos em moeda eletrônica	383.987	290.219
Conta de pagamento instantâneo	203.484	274.515
Total	587.471	564.734
Circulante	587.471	564.734

8. Outros ativos

	30/06/2026	31/12/2025
Despesas pagas antecipadamente	5.608	4.571
Valores a receber cartão pré-pago	3.612	1.620
Valores a receber cartão de crédito (a) – nota 28	2.174	2.272
Valores a receber de clientes (b)	472	2.502
Outros	1.122	929
Total	12.988	11.894
Circulante	11.085	10.021
Não circulante	1.903	1.873

(a) Valores a receber da subsidiária Efi CFI pelo saldo remanescente de faturas vencidas (rotativo) ou parcelamentos realizados pelos clientes.

(b) Decorrentes principalmente de *chargebacks* realizados em situações nas quais os clientes não possuem saldo em conta de pagamento para débito da transação desfeita. A Instituição constitui provisão para a totalidade (100%) por entender que a expectativa de recuperação é remota, em 03/2026, R\$ 2.039 foram reconhecidos como perda operacional. A provisão destes valores está demonstrada na nota 9.



9. Perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2025	Adoção inicial Res. BCB nº 352	Provisão/ Reversão	Baixa de provisão	30/06/2026
Títulos e valores mobiliários	(50)	-	9	-	(41)
Subadquirente	(162)	-	19	-	(143)
Cartão de crédito	(651)	-	24	-	(627)
Valores a receber – <i>cashback</i>	(2.502)	-	(8)	2.039	(471)
Total	(3.365)	-	44	2.039	(1.282)
Circulante	(3.357)				(1.269)
Não circulante	(8)				(13)

	31/12/2024	Adoção inicial Res. BCB nº 352	Provisão/ Reversão	Baixa de provisão	30/06/2025
Títulos e valores mobiliários	-	(122)	58	-	(64)
Cartão de crédito	(130)	(344)	(145)	-	(619)
Total	(130)	(466)	(87)	-	(683)
Circulante	(130)				(637)
Não circulante	-				(46)

10. Ativos fiscais diferidos

	31/12/2025	Adoção Res. BCB nº 352/23	Constituição	Realização e/ou Reversão	30/06/2026
Contingências	156	-	174	(60)	270
PDD	318	-	349	(192)	475
Total	474	-	523	(252)	745

	31/12/2024	Adoção Res. BCB nº 352/23	Constituição	Realização e/ou Reversão	30/06/2025
Contingências	33	-	69	(37)	65
PDD	44	158	43	(14)	231
Total	77	158	112	(51)	296

A previsão de realização dos ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias está apresentada a seguir:

	2026	2027	Total
Valor previsto	489	256	745
Valor presente	426	224	650

O valor presente destes ativos foi calculado à taxa Selic de 14,9% a.a.

11. Investimentos

a) Efi SCFI

O Efi SCFI, autorizado pelo Banco Central do Brasil em 31 de março de 2020 a operar como Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (SCFI), tem como objeto social principal ofertar operações de crédito por meio de recursos e sistemas tecnológicos.

b) EVA Benefícios

Constituída em 12 de abril de 2021, a Eva tem como principal objeto social a emissão, administração, gestão e prestação de serviços relacionados a meios de pagamento e



cartões pré-pagos, aptos a receber carga ou recarga de valores em moeda nacional ou internacional, incluindo as modalidades de benefícios alimentação e refeição.

Em março de 2022 o Efi IP, até então detentor de 50% das ações da Eva, adquiriu os 50% remanescentes, passando a deter a totalidade das ações da investida.

No 1º semestre de 2022 foi firmado contrato prevendo o pagamento de R\$ 2.850 pela aquisição das ações. Da operação, foi reconhecido ágio de R\$ 2.813, cujo prazo para recuperação está estimado em 17 anos e 2 meses, conforme estudo técnico de alocação do preço de compra (PPA – “Purchase Price Allocation”).

	30/06/2026	30/06/2025
Saldo inicial	2.304	2.468
Amortização de ágio	(82)	(82)
Saldo final	2.222	2.386

c) Equivalência patrimonial

Os resultados dos investimentos obtidos pelo método de equivalência patrimonial são reconhecidos em “Resultado de participações em controladas”.

	30/06/2026	30/06/2025
Saldo inicial	7.246	6.464
Aporte de capital	2.376	2.800
Efi SCFI	81	2.800
Eva Benefícios	2.295	-
Equivalência patrimonial	(423)	(1.410)
Efi SCFI	1.773	(2.018)
Eva Benefícios	(2.196)	608
Obrigação com participação em controlada (a)	(98)	(1.788)
Saldo final	9.101	6.066

(a) Provisão para cobertura de saldo negativo do patrimônio da Eva (R\$ 818 em 31/12/2025).

12. Imobilizado

a) Composição do imobilizado

	Taxa	30/06/2026	31/12/2025
Imóveis em uso – Benfeitorias em propriedades de terceiros	-	4.670	4.670
Outras imobilizações			
Equipamentos processamento de dados	20%	5.314	5.329
Móveis e utensílios	10%	2.289	2.285
Máquinas e equipamentos	10%	1.064	1.064
Equipamentos telefônicos	10%	413	404
Som e imagem	10%	378	387
Instalações	10%	60	60
Veículos	20%	44	44
Total		9.562	9.573
Total do imobilizado		14.232	14.243
(-) Depreciação acumulada		(11.245)	(10.532)
Saldo do imobilizado		2.987	3.711



b) Movimentação do imobilizado

	31/12/2025	Aquisições	Depreciação	Baixas	30/06/2026
Instalações	60	-	-	-	60
Móveis e utensílios	2.285	7	-	(3)	2.289
Máquinas e equipamentos	1.064	-	-	-	1.064
Som e imagem	387	-	-	(9)	378
Equip. proc. de dados	5.329	-	-	(15)	5.314
Benf. propriedade terceiros	4.670	-	-	-	4.670
Equipamentos telefônicos	404	9	-	-	413
Veículos	44	-	-	-	44
(-) Depreciação acumulada	(10.532)	-	(738)	25	(11.245)
Total	3.711	16	(738)	(2)	2.987

	31/12/2024	Aquisições	Depreciação	Baixas	30/06/2025
Instalações	60	-	-	-	60
Móveis e utensílios	2.302	-	-	(11)	2.291
Máquinas e equipamentos	1.080	-	-	-	1.080
Som e imagem	420	27	-	(40)	407
Equip. proc. de dados	5.430	-	-	(52)	5.378
Benf. propriedade terceiros	4.670	-	-	-	4.670
Equipamentos telefônicos	428	-	-	(18)	410
Veículos	44	-	-	-	44
(-) Depreciação acumulada	(9.097)	-	(797)	71	(9.823)
Total	5.337	27	(797)	(50)	4.517

13. Intangível

a) Composição

	Taxa	30/06/2026	31/12/2025
Software	10%	27.531	27.531
Intangível em andamento (a)	-	2.219	2.081
Total		29.750	29.612
(-) Amortização acumulada		(14.633)	(13.420)
Saldo do Intangível		15.117	16.192

(a) Refere-se a softwares de uso próprio em processo de desenvolvimento pela Instituição.

b) Movimentação

	31/12/2025	Aquisição	Amortização	30/06/2026
Software	27.531	-	-	27.531
Intangível em andamento	2.081	138	-	2.219
(-) Amortização acumulada	(13.420)	-	(1.213)	(14.633)
Total	16.192	138	(1.213)	15.117

	31/12/2024	Aquisição	Amortização	30/06/2025
Software	27.531	-	-	27.531
Intangível em andamento	1.509	381	-	1.890
(-) Amortização acumulada	(10.906)	-	(1.257)	(12.163)
Total	18.134	381	(1.257)	17.258



14. Obrigações por empréstimos

a) Composição dos empréstimos

	30/06/2026	31/12/2025
Capital de giro	1.272	1.799
Arrendamentos	-	21
Total	1.272	1.820
Circulante	897	964
Não circulante	375	856

b) Movimentação dos empréstimos

	30/06/2026	30/06/2025
Saldo inicial	1.820	5.894
Amortizações – principal	(531)	(2.336)
Juros pagos	(147)	(386)
Juros incorridos	130	413
Total	1.272	3.585

15. Depósitos

	30/06/2026	31/12/2025
Conta de pagamento pré-paga (a)	615.870	528.968
Total	615.870	528.968

(a) Saldo de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamento pré-pagas de titularidade dos clientes Efi.

16. Outros passivos

	30/06/2026	31/12/2025
Obrigações com operações de cartão (a)	36.037	35.474
Obrigações fiscais e previdenciárias	9.428	11.338
Impostos a recolher	4.873	7.731
Encargos trabalhistas	4.555	3.607
Outros passivos	26.583	19.923
Obrigações trabalhistas	12.709	8.792
Fornecedores	5.699	5.838
Valores a pagar à controlada – nota 28	1.082	1.724
Juros sobre capital próprio a pagar	915	944
Obrigações com participações em controladas – nota 11 c	719	818
Outros passivos	5.459	1.807
Total	72.048	66.735
Circulante	71.329	65.917
Não circulante	719	818

(a) Valores a repassar a bandeira do cartão Visa

17. Obrigações fiscais diferidas

As diferenças temporárias referem-se a exclusões na base de cálculo de IRPJ e CSLL relativos a projetos com características de inovação tecnológica desenvolvidos pela Instituição em concordância com o Decreto nº 9.580/2018.



	31/12/2025	Reversão/Constituição	30/06/2026
Diferenças temporárias	5.808	(415)	5.393
Total	5.808	(415)	5.393

	31/12/2024	Reversão/Constituição	30/06/2025
Diferenças temporárias	5.850	(197)	5.653
Total	5.850	(197)	5.653

A previsão de realização dos passivos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias está apresentada a seguir:

	2026	2027	2028	2029	2030 ou superior	Total
Valor previsto	461	815	715	715	2.687	5.393
Valor presente	401	709	622	622	2.338	4.692

O valor presente destes passivos foi calculado à taxa Selic de 14,9% a.a.

18. Provisões para contingências

O Efi IP é parte em processos judiciais de natureza cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. As contingências são classificadas com base na opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro. O quadro abaixo demonstra a movimentação das provisões.

Ação	31/12/2025	Constituições	Reversões	30/06/2026
Cível	418	910	(599)	729
Total	418	910	(599)	729

Ação	31/12/2024	Constituições	Reversões	30/06/2025
Cível	95	433	(340)	188
Total	95	433	(340)	188

As causas que envolvem a Instituição, classificadas como perda possível, totalizam R\$ 14.811 (2025 10.891) em causas cíveis. Durante o período não houve contingência fiscal e trabalhista.

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Instituição em 30/06/2026 é de R\$ 48.227 subscrito e integralizado, dividido em 48.226.636 ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1 (um real) cada.

b) Dividendos obrigatórios

A Assembleia Geral poderá distribuir dividendos em valor superior ao previsto no estatuto social da Instituição, estabelecido no Capítulo VII, Parágrafo II, Artigo 23, bem como poderá, durante o exercício social, distribuir dividendos com base na conta de reserva de



lucros existentes no último balanço anual, ou com base no levantamento de balanços intermediários, conforme prevê o art. 24 do estatuto.

Durante o primeiro semestre de 2026, houve reconhecimento de dividendos obrigatórios no montante de R\$ 15.302. Nos termos do art. 9º, § 7º, da Lei nº 9.249/95, os valores creditados a título de JCP foram imputados aos dividendos obrigatórios do exercício, compondo o montante total destinado aos acionistas.

c) Constituição de reservas de lucros

Nos termos da legislação societária e estatuto social da Instituição, a reserva legal é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido, limitada a 20% do capital social. O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais.

d) Adoção inicial Resolução BCB nº 352/23

Em 1º de janeiro de 2025, entrou em vigor a Resolução BCB nº 352/23, que trata da adoção de critérios contábeis alinhados às normas internacionais de contabilidade aplicáveis a ativos financeiros pelas instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil.

Em decorrência da adoção inicial dessa norma, foram realizados ajustes nos registros contábeis da Instituição, com impactos diretos nas demonstrações financeiras, especialmente no patrimônio líquido. Esses ajustes refletem a necessidade de adequação à nova base de mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros, conforme previsto na regulamentação.

Os efeitos da adoção inicial da Resolução BCB nº 352/23 foram registrados no patrimônio líquido, em 1º de janeiro de 2025, sem transitar pelo resultado do exercício.

Ativo fiscal diferido	158
PDD sobre valores a receber transações de pagamento	(344)
PDD sobre títulos e valores mobiliários	(122)
Total	(308)

20. Receitas de prestação de serviços

	30/06/2026	30/06/2025
Serviços de Pix	64.202	55.782
Serviços de pagamento (a)	39.175	40.940
Serviços de intercâmbio	2.220	1.984
Outros serviços	194	157
Total	105.791	98.863

(a) Decorrente principalmente de tarifas relacionadas à liquidação de boletos e transações *e-commerce* com cartões.

21. Despesas de pessoal

	30/06/2026	30/06/2025
Remuneração	(34.250)	(33.425)
INSS	(6.899)	(6.015)
Benefícios	(6.244)	(3.148)
FGTS	(2.665)	(2.880)
Outras despesas de pessoal	(3.638)	(1.524)
Total	(53.696)	(46.992)

0800 941 2343

Capitais e regiões metropolitanas: **4000 1234** / SP e região: **(11) 2394 2208**
 Av. Paulista, 1337 - 9º andar - Edifício Paulista 1 - Bela Vista - São Paulo, SP - CEP: **01.311-200**
 CNPJ: **09.089.356/0003-80** - Ouvidoria: **0800 940 0361** | sejaefi.com.br



22. Outras despesas administrativas

	30/06/2026	30/06/2025
Serviços de processamento de dados	(21.669)	(21.382)
Comissões de parceiros	(6.245)	(5.444)
Licença de softwares	(5.461)	(2.817)
Despesas de comunicações	(3.635)	(3.662)
Serviços de suporte técnico	(2.224)	(1.353)
Participação em eventos	(2.020)	(1.352)
Amortização e depreciação	(1.952)	(2.054)
Serviços de consultoria	(1.912)	(2.342)
Propaganda e publicidade	(1.225)	(2.487)
Serviços de terceiros	(1.200)	(1.444)
Outros	(3.099)	(3.832)
Total	(50.642)	(48.169)

(a) Incluídos os valores de serviços relacionados à auditoria independente.

23. Despesas tributárias

	30/06/2026	30/06/2025
COFINS	(6.341)	(5.550)
ISSQN	(2.116)	(1.979)
PIS	(1.300)	(1.133)
Outros	(100)	(147)
Total	(9.857)	(8.809)

24. Outras receitas operacionais

	30/06/2026	30/06/2025
Rendas de créditos vinculados ao banco central	38.752	31.610
Reversão de provisões passivas – nota 18	599	340
Outros	271	792
Total	39.622	32.742

25. Outras despesas operacionais

	30/06/2026	30/06/2025
Processamento de transações de pagamento	(13.008)	(14.747)
Provisões passivas – nota 18	(910)	(433)
Transações no âmbito do arranjo Pix	(452)	(372)
Outros	(784)	(297)
Total	(15.154)	(15.849)



26. Imposto de renda e contribuição social

	30/06/2026	30/06/2025
Lucro antes do IRPJ	18.189	10.700
(+) Adições	5.761	3.981
Permanentes	4.158	2.443
Equivalência Patrimonial MAP – nota 11	423	1.410
Outras adições	3.735	1.033
Temporárias	1.603	1.538
(-) Exclusões	(5.890)	(3.970)
Permanentes	(3.638)	(3.189)
Temporárias	(2.252)	(781)
(=) Lucro real	18.060	10.711
(+) IRPJ devido	4.503	2.666
(-) Incentivos fiscais	(271)	(235)
(=) IRPJ	4.232	2.431
(=) CSLL	1.894	964

27. Gestão de riscos e capital

Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Efi Bank reconhece a importância do gerenciamento de riscos e acredita no seu papel fundamental no processo de escolha de oportunidades compatíveis com a complexidade de seus negócios. Por isso, ao longo dos anos, vem disseminando e fortalecendo essa cultura.

A gestão abrangente dos riscos, entre outros benefícios, proporciona a estabilidade dos resultados financeiros e contribui para a geração de valor e para a consolidação de uma Instituição cada vez mais sólida, integrada, rentável, socialmente responsável e eficiente.

A estrutura de gerenciamento de riscos é segregada e independente das demais áreas de negócio, compatível com a natureza das atividades, o porte da Instituição, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e proporcional à dimensão das exposições que abrangem os riscos de crédito, de liquidez, operacional e de capital.

O Efi adota o Modelo das Três Linhas do *Institute of Internal Auditors* (IIA), como parte do processo de gerenciamento de riscos, considerando a atuação conjunta dos seguintes componentes:

- **1ª Linha:** áreas de negócios;
- **2ª Linha:** áreas de governança;
- **3ª Linha:** avaliação periódica e independente da Auditoria Interna.

Os princípios e as normas que direcionam o gerenciamento dos riscos envolvidos nas operações e nos processos da Instituição, bem como a estrutura constituída para assegurar identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação destes encontram-se disponíveis no site <https://sejaefi.com.br/governanca-corporativa/>.

a. Risco de Crédito

O risco de crédito pode ser definido como a possibilidade de ocorrerem perdas associadas:

- Ao descumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados;
- A desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
- A reestruturação de instrumentos financeiros;
- Aos custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Adicionalmente, a definição de risco de crédito inclui:

- O risco de crédito da contraparte, entendido como a possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam fluxos bilaterais, incluindo a negociação de ativos financeiros ou de derivativos;
- A possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar garantias financeiras prestadas;
- A possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações nos termos pactuados por interveniente, provedor do instrumento mitigador ou mandatário de cobrança;
- O risco de concentração, entendido como a possibilidade de perdas associadas a exposições significativas.

O processo de gerenciamento do risco de crédito no Efi Bank consiste em um conjunto de ferramentas de gestão que identificam os fatores que impactam o risco de crédito. Esse processo inclui, entre outros:

- Ao gerenciamento de exposições com características semelhantes;
- A identificação de fontes significativas do risco de crédito;
- A identificação da contraparte ou de seus intervenientes; e
- A forma de agregação das exposições.

A avaliação para concessão do limite de crédito aos clientes, pautada pelas diretrizes internas de crédito, prevê a verificação dos dados cadastrais e a realização de consultas a *bureaus* como apoio à decisão. Ainda no âmbito desse processo, devem ser consideradas as operações sujeitas ao risco de crédito, as repactuações, a detecção de indícios de deterioração da qualidade creditícia da contraparte e os créditos objeto de cobrança e de recebimento.

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foram constituídas com base nos critérios estabelecidos pela regulamentação prudencial vigente, em especial a Resolução BCB nº 352/2023, aplicável a partir de janeiro de 2025.

Em linhas gerais, as operações da Instituição englobam apenas as transações de clientes adimplentes no produto cartão de crédito, em observância às limitações de atuação previstas para Instituições de Pagamento.

b. Risco de Liquidez

O risco de liquidez pode ser definido como sendo a possibilidade de a Instituição:

- Não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas;
- Não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado;
- Não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário.

O processo de gerenciamento do risco de liquidez consiste no conjunto de medidas que visam garantir a capacidade de pagamento do Efi Bank, possibilitando identificar, mensurar, classificar, monitorar, mitigar e reportar os fatores que impactam o risco de liquidez.

A avaliação constante das posições em ativos líquidos tem como objetivo mitigar o risco de que o Efi não consiga negociar suas posições a um preço justo de mercado, em razão do baixo volume ou da descontinuidade desses ativos. Ademais, o Efi Bank observa e mantém aderência ao disposto no Capítulo VIII da Resolução BCB nº 80/2021, que versa sobre a aplicação dos recursos mantidos em contas de pagamento.

A otimização dos recursos disponíveis, o planejamento financeiro e das operações em termos de prazos, tipos de contrapartes e respectivos setores econômicos, fornecem insumos para direcionar ações que possibilitem suportar cenários de estresse.

c. Risco Operacional

O risco operacional é definido pela Resolução BCB nº 265/2022 como a possibilidade de ocorrerem perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou ainda de eventos externos que impactem na realização dos objetivos do Efi Bank.

Salienta-se, ainda, a definição do risco operacional, que também inclui o risco legal associado a:

- Inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Efi;
- Sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais; e
- Indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Efi.

O gerenciamento do risco operacional está subsidiado no Modelo das Três Linhas:

- Na 1ª linha, há a atuação das áreas de negócios da Instituição, as quais são responsáveis pelo provimento de produtos e serviços aos clientes, bem como pela gestão primária dos riscos e controles;
- Na 2ª linha, há a atuação das áreas de governança da Instituição na gestão corporativa do risco operacional, oferecendo expertise, apoio, monitoramento e questionamento sobre questões relacionadas a riscos, controles e conformidade;
- Na 3ª linha, há a atuação independente da Auditoria Interna, responsável por avaliar a adequação e eficácia do modelo geral de gestão de risco, do funcionamento dos controles e das estruturas de governança;
- Por fim, órgãos externos e independentes de toda a estrutura organizacional, como auditorias externas e reguladores, formam uma linha adicional, avaliando a efetividade das três linhas do Efi.

Há uma estrutura responsável pela identificação e avaliação dos riscos operacionais; pela análise do desenho e efetividade do sistema de controles internos; pela elaboração e condução de testes periódicos do plano de continuidade de negócios; por disseminar uma cultura de gestão integrada de riscos e de controles para os colaboradores; e pela avaliação de riscos no lançamento de novos produtos, serviços e mudanças significativas nos processos existentes.

d. Gestão de Capital

A gestão de capital é um processo contínuo de monitoramento e controle do capital regulamentar, que abrange a avaliação da necessidade de capital, com base em projeções que englobam premissas de aumento das exposições ao risco, seja pelo crescimento das operações, pela avaliação de novos produtos ou serviços, e ainda, pela avaliação de possíveis impactos no capital oriundos de novos regulamentos, bem como o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. A estrutura de gestão de capital do Efi Bank é compatível com o porte, o tamanho e a natureza das suas operações, considerando a complexidade dos produtos e serviços oferecidos.

Requerimentos Mínimos de Capital

Conforme a Resolução BCB nº 436/2024, o Conglomerado Efi se classifica como um Conglomerado Prudencial Tipo 3, sendo integrado por uma Instituição de Pagamento líder e outra instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Ressalta-se que ambas as Instituições estão classificadas no Segmento 4 (S4), com estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos.

A estrutura de gestão de capital do Conglomerado Efi ganha relevância ao promover a racionalização na utilização do capital da Instituição, otimizando o custo de oportunidade na alocação de recursos. A seguir, apresenta-se a composição para o cálculo do Índice de Basileia e os requerimentos mínimos exigidos:



	30/06/2026	31/12/2025
PR - Patrimônio de Referência	52.794	54.341
Capital Nível I	52.794	54.341
Capital Principal	52.794	54.341
Capital Complementar	-	-
Capital Nível II	-	-
Ativos Ponderados pelo Risco	426.671	351.716
Risco Operacional	117.830	79.865
Risco de Crédito	86.722	91.558
Risco de Serviços de Pagamento	221.621	179.654
Risco de Mercado	498	639
Requerimento mínimo de capital	44.801	36.930
Margem de patrimônio	7.993	17.411
Índice de Requerimento Calculado	12,37%	15,45%
Índice de Imobilização	5,67%	6,85%
Folga de Imobilização	23.404	23.422

Em novembro de 2025, o BCB editou a Resolução Conjunta nº 14, de 03/11/2025, e a Resolução BCB nº 517, de 03/11/2025. Esses normativos atualizaram o arcabouço referente à apuração do limite mínimo de capital social integralizado e do patrimônio líquido das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, revogando as exigibilidades previstas em determinados dispositivos do art. 17 da Resolução BCB nº 80, de 25/03/2021, e aumentando o nível de cobrança, em prol da mitigação do risco moral.

Nesse contexto, o novo arcabouço normativo exige, no mínimo, R\$ 32.800 de capital social integralizado e de patrimônio líquido da Instituição, representando um aumento significativo em relação às exigências anteriores, estabelecidas na Res. BCB 80/2021, na qual eram exigidos R\$ 7.000. O aumento das exigências ocorrerá de forma gradual, em três etapas sucessivas a partir de julho de 2026.



28. Transações com partes relacionadas

	30/06/2026		31/12/2025	
	PF ligadas	PJ ligadas	PF ligadas	PJ ligadas
Ativos				
Valores a receber relativos a trans. de pag.	77	85	104	72
Outros ativos	-	5.700	-	3.826
Valores a receber sociedades ligadas	-	44	-	59
Valores a receber cartão de crédito – nota 8	-	2.174	-	2.272
Valores a receber cartão pré-pago	-	3.482	-	1.495
Total	77	5.785	104	3.898
Passivos				
Obrigações por repasse (a)	73	14.168	40	21.599
Fornecedores	-	120	-	117
Valores a pagar a controladas	-	1.082	-	1.724
Salários e encargos a pagar	239	-	301	-
Total	312	15.370	341	23.440
Receitas e despesas				
Despesas com salário e encargos	(2.128)	-	(2.095)	-
Cartão de benefícios para empregados	-	(5.748)	-	(4.320)
Serviços de <i>telemarketing</i>	-	(2.819)	-	(3.056)
Ressarcimento CSC	-	120	-	120
Total	(3.627)	(8.447)	(2.095)	(7.256)

(a) Depósitos em moeda eletrônica mantidos na controladora.

a. Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores da Instituição é paga integralmente pelo Efi IP, sem o respectivo reembolso. A remuneração no primeiro semestre de 2026 foi de R\$ 1.610.

29. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes até a data de aprovação destas demonstrações financeiras.



Diretores

Denis Costa da Silva
Danilo Henrique de Oliveira
Francisco Carvalho
Luciana Dale Vedove
Marcos Paula Maia Nicolau
Paulo Sérgio de Faria Barros

Contador Responsável

Alessander Campo Dall’Orto
CRC: ES-012954/O

DFs IP - 1º semestre 2026

Relatório de auditoria final

2026-08-27

Criado em:	2026-08-27
Por:	Viviane Miranda (viviane.miranda@sejaefi.com.br)
Status:	Assinado
ID da transação:	CBJCHBCAABAAc7P0KUQw2oV3N-JWbhya-ZIgL4TBoK3n

Histórico de "DFs IP - 1º semestre 2026"

-  Documento criado por Viviane Miranda (viviane.miranda@sejaefi.com.br)
2026-08-27 - 13:17:20 GMT
-  Documento enviado por email para Alessandro Dallorto (alessander.dallorto@sejaefi.com.br) para assinatura
2026-08-27 - 13:17:29 GMT
-  Email visualizado por Alessandro Dallorto (alessander.dallorto@sejaefi.com.br)
2026-08-27 - 13:18:09 GMT
-  Documento assinado eletronicamente por Alessandro Dallorto (alessander.dallorto@sejaefi.com.br)
Data da assinatura: 2026-08-27 - 13:20:29 GMT - Fonte da hora: servidor - Aparência da assinatura selecionada: IMAGEM
-  Documento enviado por email para Luciana Vedove (luciana.vedove@sejaefi.com.br) para assinatura
2026-08-27 - 13:20:33 GMT
-  Email visualizado por Luciana Vedove (luciana.vedove@sejaefi.com.br)
2026-08-27 - 13:27:16 GMT
-  Documento assinado eletronicamente por Luciana Vedove (luciana.vedove@sejaefi.com.br)
Data da assinatura: 2026-08-27 - 13:29:20 GMT - Fonte da hora: servidor - Aparência da assinatura selecionada: TIPO
-  Documento enviado por email para paulo.barros@sejaefi.com.br para assinatura
2026-08-27 - 13:29:23 GMT
-  Email visualizado por paulo.barros@sejaefi.com.br
2026-08-27 - 13:35:35 GMT
-  O signatário paulo.barros@sejaefi.com.br inseriu o nome Paulo Sérgio de Faria Barros ao assinar
2026-08-27 - 14:00:30 GMT
-  Documento assinado eletronicamente por Paulo Sérgio de Faria Barros (paulo.barros@sejaefi.com.br)
Data da assinatura: 2026-08-27 - 14:00:32 GMT - Fonte da hora: servidor - Aparência da assinatura selecionada: TIPO



Documento enviado por email para Denis Silva (denis.silva@sejaefi.com.br) para assinatura

2026-08-27 - 14:00:35 GMT



Email visualizado por Denis Silva (denis.silva@sejaefi.com.br)

2026-08-27 - 17:12:39 GMT



Documento assinado eletronicamente por Denis Silva (denis.silva@sejaefi.com.br)

Data da assinatura: 2026-08-27 - 17:13:00 GMT - Fonte da hora: servidor - Aparência da assinatura selecionada: TIPO



Contrato finalizado.

2026-08-27 - 17:13:00 GMT



Adobe Acrobat Sign